



História da Historiografia: International
Journal of Theory and History of
Historiography

E-ISSN: 1983-9928

historiadahistoriografia@hotmail.com

Sociedade Brasileira de Teoria e História
da Historiografia

Machado da Silva, Rodrigo

Diogo de Vasconcellos e o IHGMG: os parâmetros para a história de Minas Gerais
História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography,
vol. 3, núm. 5, septiembre, 2010, pp. 247-263

Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia
Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=597770280022>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Diogo de Vasconcellos e o IHGGMG: os parâmetros para a história de Minas Gerais

Diogo de Vasconcellos and IHGGMG: the parameters for the history of
Minas Gerais

Rodrigo Machado da Silva

Graduando

Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

histo.rodrigomachado@yahoo.com.br

Rua do Seminário, s/n - Centro

Mariana - MG

35420-000

Brasil

Palavras-chave

Cultura historiográfica; Minas Gerais; História regional e local.

247

Keywords

Historiographical culture; Minas Gerais; Regional and local history.

Enviado em: 06/07/2010

Aprovado em: 19/09/2010

Em 15 de agosto de 1907, ocorreu na sala de sessões da Câmara dos Deputados de Minas Gerais a reunião solene de instauração do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG). O político e historiador Diogo Luiz de Almeida Pereira de Vasconcellos (1843-1927), orador oficial da instituição, proferiu seu primeiro discurso para a instituição. A fala de Vasconcellos foi publicada pela *Revista do Archivo Publico Mineiro*, ano XIV, em 1909. A transcrição comentada que apresento aqui é desse mesmo texto. O objetivo dessa apresentação é incitar mais estudos sobre Diogo de Vasconcellos e o IHGMG, que são pouco explorados pela nossa historiografia.

Assim como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) surgiu sob os auspícios da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), o Instituto mineiro começou a ser pensado a partir do Clube Floriano Peixoto, uma sociedade cívica de debates republicanos sediada na capital mineira,¹ Belo Horizonte. O coronel Júlio César Pinto Coelho, presidente da sociedade, nomeou uma comissão para promover uma reunião pública em que se pudessem discutir os mecanismos de fundação do Instituto. Essa manifestação, portanto, ocorreu no dia 16 de julho de 1907, na Câmara dos Deputados do Congresso mineiro,² marcando a fundação do IHGMG.

Sessenta e nove anos antes, no dia 18 de agosto de 1838, o marechal Raymundo José da Cunha Mattos, juntamente com o cônego Januário da Cunha Barbosa, ambos membros da SAIN, propuseram a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Cunha Barbosa e Cunha Mattos alertavam, com base no papel da nova instituição, para a importância que tinham as letras no apoio ao Estado, na administração pública, e para o esclarecimento do povo (RIHGB 1908, p. 5).

Em 25 de novembro daquele ano, Cunha Barbosa pronunciou o discurso de inauguração do IHGB. Iniciou sua fala proclamando a necessidade que o Brasil tinha em ter uma instituição que se preocupasse com o recolhimento de documentos relativos à sua história e à sua geografia, dispersos por todo o Império. Era mister resgatá-los para que se escrevesse a história do país (CUNHA BARBOSA 1908, p. 9).

Havia poucos anos que o Brasil se tornara independente. O Instituto carregava em si a missão de construir a história do país sob a perspectiva nacional, desvinculada de uma tradição lusitana, inserindo-o, assim, em um contexto específico de civilização. Nesse discurso, o cônego firmava-se no *topos* ciceroniano para justificar a construção do Instituto. Ali seria um espaço para se eternizar, pela História, os fatos memoráveis do passado e firmar os

¹ Os clubes republicanos, muitos com o nome de Clube Floriano Peixoto – em referência ao segundo presidente do Brasil, eram bem comuns a partir de 1870 até os primeiros anos do século XX. Políticos e intelectuais atuavam intensamente em tais clubes a fim de se discutir os caminhos a serem tomados pelo regime. Não possuo, particularmente, nenhuma informação acerca do clube sediado em Belo Horizonte e que foi facilitador da fundação do IHGMG, sendo assim um fator limitante na investigação das origens da instituição aqui discutida.

² Até o ano de 1930, Minas Gerais tinha um Congresso bicameral, com uma Câmara dos Deputados e um Senado.

os nomes pátrios; um meio para tirar a Nação da escuridão. Cunha Barbosa acusava que as obras produzidas sobre o Brasil eram realizadas por estrangeiros, e que boa parte delas constituía-se em uma reprodução de erros. Caberia, portanto, aos brasileiros escrever a história correta sobre a Nação, desatando os nós do passado nacional (CUNHA BARBOSA 1908, p. 9-10).

Embora os Institutos Históricos seguissem, em muito, o modelo do IHGB eles mantinham diferenças com relação ao congênere carioca. O instituto mineiro, por exemplo, era marcadamente republicano (CALLARI 2000, p. 75). Outro fator que deve ser levado em consideração é que o IHGMG foi criado em um regime fortemente federalista, e como uma instituição local, defendia uma proeminência de Minas em relação aos demais membros da Federação.

O poeta e membro do Clube Floriano Peixoto, Augusto de Lima, foi designado a proferir um discurso em nome da sociedade no dia da fundação do IHGMG. Além de reafirmar a necessidade que Minas tinha de instalar em seu território um núcleo intelectual para o estudo de seu passado, enfatizava que o Estado havia sido o foco mais intenso da formação da nacionalidade brasileira, mostrando-se como precursora dos eventos mais notáveis da evolução político-social do Brasil (ATA 1 IHGMG 1907, f. 2).

Os idealizadores do Instituto mineiro mesmo adotando uma postura regionalista, procuravam manter laços estreitos com o carioca, assim como Institutos de outros Estados, tais como o de São Paulo e da Bahia, que enviavam notas de felicitações pela fundação do IHGMG, apresentadas na segunda reunião da instituição a 12 de julho de 1907. Cabe notar também que os primeiros artigos dos estatutos do IHGMG são muito semelhantes aos do IHGB, já que o último serviu como modelo para a elaboração do primeiro. O Instituto Histórico de Minas tinha como objetivo:

Investigar, coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos concernentes à história e à geografia de Minas Gerais, e à arqueologia, etnografia e língua de seus indígenas;
Manter correspondência com as sociedades e academias estrangeiras de igual natureza, bem como as associações congêneres existentes na Capital Federal e nos diversos Estados da República, para mais fácil desempenho do fim a que se propõe;
Publicar, uma ou mais vezes por ano, uma Revista, na qual se conterão os seus trabalhos (atas das sessões, discursos do presidente e do orador, relatório do 1.º secretário, lista dos sócios, etc) (RAPM 1927, 107-108).

De acordo com os estudos de Hugo Hruby, o IHGB, nos primeiros anos do regime republicano, ainda tinha uma relação intrínseca com o governo monarquista e Dom Pedro II. Além do fato de o discurso historiográfico da instituição estar ligado ao projeto político do Estado monárquico, os integrantes do quadro social do IHGB eram importantes burocratas do Antigo Regime (HRUBY 2008, p. 2-3). Em Minas esse quadro era diferente. João Pinheiro da Silva, um dos mais importantes presidentes de Estado da primeira fase republicana em Minas assumiu também a presidência da diretoria fundadora do Instituto mineiro reforçando, dessa forma, os laços do IHGMG com a política do regime vigente.

Embora a instituição tivesse essa ligação com a República, havia importantes membros que ainda traziam consigo as tradições monárquicas. Diogo de Vasconcellos é o mais expressivo desses intelectuais atuantes na época. Autor de *História antiga* e *História média de Minas Gerais*, o historiador é considerado um dos fundadores da historiografia mineira (MACHADO 2010). Vasconcellos foi eleito com 36 votos o orador perpétuo da instituição até a sua morte, em 1927.

Historicamente, Diogo de Vasconcellos sempre foi ligado ao conservadorismo monárquico. Durante sua vida pública fora um dos principais correligionários do Partido Conservador Mineiro (PCM) atuando por diversas legislaturas como deputado geral e provincial. Desde a década de 1870, o historiador trabalhou na redação de vários jornais da então capital de Minas Gerais, Ouro Preto, e como correspondente em periódicos de outras cidades. Foi principalmente como jornalista que Vasconcellos se destacou nas letras, interessando-se muito pelo resgate das memórias históricas de seu Estado natal.

A sua participação em agremiações republicanas, como o Instituto Histórico, era restritíssima. O Arquivo Público Mineiro (APM), fundado em 1895 foi uma das instituições intelectuais pioneiras do Estado de Minas Gerais. Criada como um órgão do governo, suas bases eram fundamentalmente republicanas. José Pedro Xavier da Veiga, primeiro diretor e organizador do APM, foi incumbido pelo presidente de Minas, Crispim Jacques Bias Fortes, a montar um quadro de correspondentes responsáveis por levantarem, em todo o Estado, documentos e artefatos para compor o acervo do Arquivo. Um grupo, portanto, de 114 homens ligados à política mineira nomeados para compor tal quadro. Diogo de Vasconcellos mesmo sendo um político e intelectual respeitado na época não foi convidado para integrar tal tarefa, muito provavelmente por sua forte oposição ao regime que vigorava (SILVA 2007, p. 76).

Como político, Vasconcellos ainda ocupou o cargo de agente executivo de Ouro Preto, no biênio 1892-1893. Depois desse período, ele voluntariamente afastou-se da política e dedicou-se apenas à advocacia e ao jornalismo. Foi no intervalo entre seu distanciamento da vida pública e a indicação para o posto de orador do IHGMG que Diogo de Vasconcellos concentrou-se à investigação das memórias históricas do Estado, e publicou, em 1904, a sua primeira obra historiográfica, *História antiga das Minas Gerais*. Criticado desde sua publicação, acusado de romântico e impressionista, esse livro é também considerado uma das mais importantes referências para a história colonial mineira. Ele conferiu o título de historiador e também *status* de autoridade à Vasconcellos.

Em 15 de agosto de 1907, portanto, na sala de sessões da Câmara dos Deputados de Minas Gerais, com a presença de Max Fleiuss representando o IHGB, deu-se a instalação solene do IHGMG. Diogo de Vasconcellos iniciou a reunião com seu discurso, o que apresentamos nessa transcrição. Dizia ele estar ansioso por ligar seu nome à celebração daquele dia. O Instituto mineiro consagrava-se na história do Estado. O IHGMG, na fala de Vasconcellos, surgia

para completar um campo de atividade intelectual que marcava o presente de Minas. O grêmio era o que faltava para o povo mineiro fortificar sua homogeneidade, unificar seus elementos étnicos tradicionais, que existiam desde os tempos de sua formação (VASCONCELLOS 1909, p. 213-214). O Instituto, para ele, tinha como uma de suas principais funções a condensação das qualidades inatas do povo mineiro, aperfeiçoando a mentalidade transmitida pelos antepassados nas circunstâncias especiais da origem das Minas (VASCONCELLOS 1909, p. 214).

Para o orador, era através da memória dos antepassados que se edificava a identidade de um povo. O passado dominava o presente, os mortos governavam os vivos. Era do exercício de se olhar para o passado e ver nele as condições para se recuperar aquilo que é de nossa existência era o que se tiravam do silêncio as vozes de tempos remotos. Com isso surgia a importância do arquivo empoeirado, dos monumentos carcomidos e das atas do passado, pois eram esses elementos que possibilitavam a permanência da tradição, ou permitia que a sua recuperação fosse pertinente à escrita da história.

Vasconcellos organizou seu discurso como forma de exaltação da grandiosidade do Estado de Minas Gerais. Com 200 anos de história, Minas distinguia-se das outras províncias formando a maior e mais opulenta Casa de toda a América (VASCONCELLOS 1909, p. 213). Essa era a tônica da grande maioria dos discursos acerca do passado mineiro. Tal proposta se tornou forte principalmente a partir da criação do Arquivo Público Mineiro. Buscavam-se nas particularidades do passado os alicerces para a nacionalidade e os caminhos que levavam o país à civilização, tendo Minas Gerais como seu guia.

Vasconcellos, em sua fala, mostrava-se crítico e contrário àqueles que, embora amparados por documentos oficiais e programas de ensino, renegavam a utilidade descritiva da história. Isso porque ele não corroborava com certo tipo de pensamento muito ligado à ideia de futuro, pois com isso se apagavam crenças e ideais outrora almejados pelos povos. O orador defendia a marca das tradições como um fator para se conhecer o passado que ordena o presente glorioso construído por Minas. Conjuntos de pensamentos são, para ele, responsáveis pela destruição dos valores construídos pela tradição (VASCONCELLOS 1909, p. 214).

Diogo faz um elogio aos historiadores. Para o orador, esses pensadores do tempo eram os possuidores das condições de retirar do limbo as lições inesgotáveis propostas pelo passado. Evocando as batalhas de Salamina, Plateia e Temópilas, Vasconcellos também fortificava a utilidade do patriotismo contra os mercenários e servos, e a ideia de pátria aqui é empregada em um sentimento mais local, ou seja, Minas era a pátria do mineiro, São Paulo a do paulista e assim por diante. Essa ideia era construída pelos ensinamentos da história; e pelas tragédias heroicas através do legado dos antigos aprende-se a proferir a liberdade juntamente com os defeitos a ela ligados ao despotismo e sua possível perfeição. Quem faz a ponte entre o conhecimento do passado e o ensino do presente é o historiador.

A história, na concepção do orador, tem uma parte morta e outra viva. A primeira revela que a principal função instrutiva da disciplina não está ligada à relação dos fatos nem na pintura dos caracteres do passado. Isso é essencial para a escrita da história e deve ser assim, mas não é, segundo ele, o seu melhor tributo. A segunda é a que faz com que a disciplina histórica seja a mais humana de todas as ciências. Ela deve ser fiel, verdadeira e severa. Não tem de amar ou odiar qualquer um que seja (VASCONCELLOS 1909, p. 214-215). Esse pensamento revela certo objetivismo de Vasconcellos ao tratar dos elementos que compõem a história como uma ciência ou uma disciplina. Uma hipótese que exponho, e que ainda carece de uma maior investigação, é que a imparcialidade é um instrumento indispensável na recuperação do passado. Vasconcellos comungava do pressuposto de que a história deveria ser escrita como ela realmente foi, com um vasto levantamento documental, que carrega a verdade.

Para Diogo de Vasconcellos, existiam três verdades fundamentais que constituíam a História: a verdade religiosa, a verdade filosófica e a verdade política. A verdade religiosa e a filosófica eram rivais no intento de ter o controle da verdade política. A primeira se define como o conhecimento de Deus; a segunda como a tríplice ciência das coisas intelectuais, morais e naturais; a terceira era a ordem (VASCONCELLOS 1909, p. 217-218). O cristianismo separava as três verdades e as deixava cada uma em seu devido lugar, impedindo que se construíssem, no afã pelo progresso, quaisquer fatalidades das coisas. Com isso, se estabelecia a paz e salvava a liberdade do homem sem o prejuízo das coisas. Cristo era o chefe da humanidade. Ele fixava o ideal na perfeição divina, abria caminho sem limites para a liberdade da alma e iluminava toda a vida no campo da civilização. Combinava as três verdades fundamentais, e Ele era o verbo delas (VASCONCELLOS 1909, p. 218).

A história deveria ser severa, leal e verdadeira. O seu uso era disputado por vários grupos, rodeada pelo perigo da imaginação, e diante do caráter verdadeiro que a história se imporia, essa imaginação era um fator negativo. Cabia, portanto, ao historiador livrar a historiografia da fantasia. A crítica, não obstante, deveria ser imparcial e justa, com o tempo e com os homens. Os povos teriam de ser julgados, termo utilizado pelo próprio autor, em seu próprio tempo e espaço, não poderiam ser acusados de promoverem ações que não estavam em seu alcance em seu período, condenados por ideias que não tiveram. Esse cuidado deveria sempre estar na mente do historiador (VASCONCELLOS 1909, p. 218).

Na visão de Vasconcellos, o IHGMG surgiu como um centro intelectual destinado às lições da história de Minas Gerais e de seu povo, fortificando-os na consciência de seus direitos para a conservação de seu território sagrado (VASCONCELLOS 1909, p. 219). No entanto, com relação aos seus primeiros vinte anos, a história do Instituto ainda é obscura. A documentação é escassa, o que dificulta muito a investigação acerca de sua organização. Pouca coisa foi realizada nessa primeira fase.

Em 1927, com a iniciativa do presidente do Estado, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais entrava em uma nova fase. Mais uma vez a instituição, seguindo com o intuito patriótico de reconstrução do passado mineiro, em busca da grandeza do presente e da preparação do futuro daquela terra, era organizada por um grupo de intelectuais e políticos ligados ao governo e ao projeto republicano.

O modelo de investigação do passado local começava a ser muito ligado à figura de Xavier da Veiga, responsável por organizar de forma institucional os vestígios do passado mineiro com o APM, e a de Diogo de Vasconcellos como o grande cronista desse passado. Em fevereiro do corrente ano, a nova fase da instituição foi iniciada. O presidente do Estado enfatizava isso, em seu discurso na solenidade de estabelecimento dessa nova fase:

A história de Minas Gerais está ainda por ser feita. Excetuem-se a obra devida aos talentos e à pertinácia de Xavier da Veiga e aquela criada pelo espírito radioso e beneditino de Diogo de Vasconcellos, e não se deparará ao estudioso desses assuntos senão a leve narrativa de episódios esparsos ou monografias que, embora meritórias, valem apenas como ligeiros lineamentos para as grandes generalizações que o historiador do futuro terá de lançar (RAPM 1927, p. 117).

253

O IHGMG, seguindo os caminhos traçados pelo Arquivo Mineiro doze anos antes, se constituiu como um espaço de discussão dos métodos de investigação histórica, de debate sobre as memórias do passado e construção de mitos. Igualmente, no encalço da tradição do IHGB, a instituição ficava entre a recuperação de uma tradição, a qual não pertencia e o desenvolvimento de parâmetros para a escrita da história de Minas Gerais. A agremiação impulsionava-se com um espaço autônomo de investigação e debate sobre a memória local, mas atendia as necessidades da época e do Estado em definir os caminhos que legitimavam a força política e econômica mineira.

Há ainda muito que se investigar a respeito da atuação de Diogo de Vasconcellos dentro do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. O *corpus* documental que possibilitaria uma pesquisa mais aprofundada acerca da atuação do historiador nesse instituto é muito escasso. As atas das reuniões trazem poucas informações a respeito do tema, e os discursos são raros de serem localizados. Como apresentado no início do texto, essa transcrição tem o objetivo de despertar o interesse em se ampliar as investigações acerca da produção historiográfica de Vasconcellos e o papel do IHGMG como um dos definidores dos parâmetros pra se escrever história em Minas Gerais nos primeiros anos do século XX, sobretudo.

Bibliografia

ATA 1 IHGMG. Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Primeira Fase (1907-1927). 16 de junho de 1907/fl. 1 – 3v.

CALLARI, Cláudia Regina. Os Institutos Históricos: do patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. **Revista Brasileira de História**, 21(40):59-83. São Paulo, 2001.

CUNHA BARBOSA, Januário da. Discurso (1839). **Revista do IHGB**. 3ª ed., tomo I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908.

HRUBY, Hugo. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no limiar da República (1889-1912): momentos decisivos. **Anais do IX Encontro Estadual de História Anpuh-RS**, 2008.

MACHADO, Rodrigo. O Heródoto mineiro: da tradição monárquica à historiografia republicana. **Temporalidades**, 2(1), Belo Horizonte, jan./jul. 2010.

RAPM. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Geraes, 1927, p. 101-145.

RIHGB. 3ª edição, Tomo I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908.

SILVA, Marisa Ribeiro. O artífice da memória. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. 43(1), jan/jun, 2007.

VASCONCELLOS, Diogo de. Discurso de inauguração do IHGMG. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Ano XIV. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Geraes, p. 211-220, 1909.

Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais¹

Revestiu-se do maior brilhantismo a sessão de instalação do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, realizado ontem no salão da Câmara dos Deputados.

A essa festa compareceu o escol da nossa sociedade, representado pelo que há de mais distinto e ilustre nos diversos departamentos de atividade.

Às 4 horas da tarde foi aberta a sessão sob a presidência do exmo. sr. dr. João Pinheiro, que tinha como secretários os srs. dr. Max Fleiuss, do Instituto Histórico Brasileiro, e dr. Jucelino Barbosa.

Pelo 2º secretário foi lida a ata da sessão anterior e o expediente constante de vários telegramas e cartas congratulatórias.

Foi depois dada a palavra ao orador do Instituto, sr. dr. Diogo de Vasconcellos, o festejado jornalista e historiador tão amplamente conhecido no país pelos seus admiráveis trabalhos.

Eis o discurso do ilustre autor da *História das Minas Gerais*:

"Bem podeis compreender a imensa surpresa, que de mim se apoderou, quando tive a notícia da eleição para este cargo, tão honroso quão superior às minhas forças.

255

Vi neste ato de vossa generosidade, o propósito somente de favorecerdes a posição do mais velho, mas nem por isso menos louvável tanta condescendência foi para lisonjear o mais obscuro de vossos consócios. Assim sendo, e por eu crer, que protestantes suprir de vossa opulência o muito que me falta para satisfazer os deveres do posto, não cedi à tentação de escusar-me, como bem a consciência e naturalmente me sugeria. Além de tudo, senhores, a saúde, como bem podeis observar, nega-me o seu auxílio; pelo que se aqui me apresento, digo sinceramente, venho fiado só em vossa benignidade. Ansioso também por ligar meu nome ao vosso na faustosa celebração deste dia, e de arrecadar a minha parte na glória desta fundação auspiciosa, não me deveis levar a mal a legítima e razoável inveja, que me traz para vossa companhia.

Uma coisa, porém, desde já faço certo é que não venho fazer um discurso, e sim preencher tão somente a formalidade, que é de costume, e os estatutos me prescrevem.

Consagrado à história de Minas este Instituto, palpitante aspiração do tempo, vem completar entre nós o aparelho de que já se ufana a atividade intelectual do presente. O povo mineiro, que por sua história peculiar caracteriza-se desde seu advento, há dois séculos, diferenciando-se do seu destino, e formando já a maior casa de toda a América, sentia a falta de se lhe erigir a oficina central do pensamento, na qual se cuidam com esmero de fortificar a sua homogeneidade, e de unificar os seus elementos étnicos tradicionais. A

¹ **Revista do Archivo Publico Mineiro.** Ano XIV - 1909. Belo Horizonte: Imprensa Official de Minas Geraes, p. 211-220, 1910.

bem de se apoderarem das riquezas do solo, nossos avós, descortinaram, como sabeis, o sertão bravio, e aqui, longe felizmente das flutuações internacionais, assentaram, nestas Astúrias do continente, o exórdio do nosso Estado. Alheia a migrações estranhas, e reconcentradas em seus arraiais primitivos, a colônia produziu este povo unido e igualitário, e constituiu a família mais congaçada e harmoniosa, que se viu nascer ainda aos acessos da expansão europeia. Condensar essas qualidades ingêntas, aperfeiçoar a mentalidade, que nos foi transmitida, pelas circunstâncias especiosas de nossa origem, serão creio eu, o melhor e mais constante objeto de nossos estudos o escopo essencial deste Instituto, ereto em honra da história para farol inequívoco de nossos progressos.

Não pertença, senhores, ao convênio daqueles, que até em documentos oficiais e programas de ensino renegam a utilidade descritiva da história; porque também não concorro para a doutrina dos que apagam de nossas crenças o ideal procurado pelos povos, em sua marcha ascendente através dos séculos.

A própria divisão do mundo atual nos demonstra como a civilização preferiu as raças, que tiveram história, deixando abatidas nos estádios mais rudes aquelas, que não a criaram.

É, senhores, que os anais, as memórias, as biografias dos homens ilustres, encerram em síntese, alguma coisa mais preciosa que a narração inerte e fria dos tempos e dos acontecimentos.

Como dos sepulcros silenciosos e tristes, e da terra pávida e aparentemente estéril das necrópoles, enseiva-se a identidade de nossa mente, e avigoram-se nossas ideias e virtudes pela memória feliz de nossos antepassados, a ponto que se diga e com razão, que os mortos governam os vivos, assim também, senhores são dos arquivos empoeirados, dos monumentos carcomidos e atas do passado, que se irradia a continuidade anímica de nossa existência coletiva, iluminada pelos votos e testemunhos tantas vezes dolorosos da velha experiência.

Não houvesse historiadores, quem hoje tiraria do limbo dos tempos a lição inesgotável, que se colhe, de Salamina e de Plateia; ou do estupendo sacrifício das Termopilas? Não é porventura daí que nos vem a certeza do que vale um punhado de patriotas contra milhares de mercenários e servos? E não é também dessas tragédias heroicas que aprendemos a preferir a liberdade com todos os seus defeitos ao despotismo com toda a sua perfeição?

Tito Lívio, senhores, justifica-nos a grandeza, e Tácito a decadência dos Romanos;

E sem Tito Lívio e sem Tácito não teríamos o livro incomparável de Montesquieu, esse mais que substancial compêndio que ainda possa instruir aqueles, que tiveram e têm a glória de governar Estados. Entretanto, senhores, si tal é a utilidade dos historiadores de países exclusivistas, que, limitados aos fatos internos não escreviam para estrangeiros, por eles desprezados, fácil é dizer quanto importa conhecer-se a vida das nações mais próximas e mais relacionadas, cuja política modela-se pelos reflexos e pelo equilíbrio internacional,

e cuja existência depende irremissivelmente da comunhão de interesses econômicos e da troca de ideias e produtos.

Mas, o principal serviço instrutivo da história não está certamente na relação dos fatos e na pintura dos caracteres. Esta parte, que lhe é, todavia essencial e lhe faz a sua razão de ser, não é, contudo o seu melhor tributo. Essa parte é a sua parte morta, ao passo que ela tem uma parte viva, e que se sobrepõe em valor a todas as ciências humanas, eis que também é a mais humana das ciências. Com a condição iniludível de ser fiel, verdadeira e severa, de não amar nem odiar sejam reis sejam povos, a história de seu inventário mudo com a eloquência e simplicidade dos resultados nos fala de uma força maravilhosa, a que temos de obedecer; força que neles se envolve e que sai deles, quando urge tirar o bem do próprio mal, para achar a unidade espontânea e final dos mais variados acontecimentos; e para em cada dia mais purificar diante de nossas vistas a mira a que os homens inconscientemente se dirigem, através da nuvem tormentosa dos séculos.

A civilização, como sabemos, não descreve círculos perfeitos nem caminha por linha reta. Como a nau sobre o movediço das ondas, afasta-se muitas vezes do rumo, batida pelos temporais, e luta para salvar-se; mas afinal voltam-se-lhe os ventos favoráveis e ela ganha de novo o caminho e chega ao porto desejado. É, senhores, que com a humanidade se realiza o símbolo da barca agitada no mar de Tiberíades. Um ser incompreensível a conduz e dorme dentro dela, para despertar a tempo e reagir no desânimo geral, fortificando a nossa fé, serenando as borrascas e mostrando em fim de contas o caminho andado na traça dos almejados destinos. A esse caminho chamamos nós o progresso e a esse poder, que está acima da previsão e vontade dos homens, chamamos Providência, e nem outro nome lhe pode convir, em que pese aos incrédulos.

Debatem neste ponto os sábios querendo explicar pela simples razão os fenômenos que acima dela intervêm sem se sentir, mas que nos põem a olhos vistos os efeitos de sua influência.

O fenômeno do progresso, que zomba da divindade e das contradições humanas, é, com efeito, o mais palpitante e visível sinal da Providência ao longo de todas as eras. Herder, celebrado na Alemanha por fundador da filosofia da história; e a cuja obra Colin consagra o título merecido do primeiro monumento levantado a ideia do progresso, proclamando a analogia da história humana com a história natural, dois mundos concebeu – o da matéria e o do espírito; e como o do espírito está intimamente ligado às circunstâncias e acidentes físicos, o desvario do sábio consiste em sufragar o triunfo inevitável da natureza objetiva sobre os impulsos da atividade humana. Por esta doutrina, senhores, o homem, rei da criação se tornará escravo dela.

Será o instrumento a vegetar no meio em que vive e morre como as plantas.

Desta doutrina, aliás, consoante a realidade aparente das coisas, exalta-se o fatalismo; e este princípio cego, portanto falso, na ordem moral tão verdadeira e real como a ordem física, refutando-se por si mesmo, encerra a

condenação, que merecem quaisquer outras doutrinas dele derivadas, e que de modo menos justificado se arvoram sobre elementos parciais e isolados de um só desvario.

Mais tolerável Voltaire atribui ao acaso a origem dos acontecimentos; e Frederico II, confirmando essa doutrina de seu predileto filósofo, trata de *Majestade* a incógnita soberana a cujo golpe a história se move assaltada por pequenos acidentes, pelos quais se mudam completamente o rumo e o plano projetado das cousas. Entretanto se a olhos nus podemos, desde já, repelir semelhantes conceitos, que promulgam do que não existe, uma força, que obriga à vida e o movimento social humano, creio, senhores, estareis de acordo comigo em não admitir o fatalismo, qualquer que seja o prestígio de suas hipóteses, desde que nenhuma delas reconhece o poder inegável, imanente e provado nos fatos da consciência; poder que parte da nossa liberdade.

O ilustre Renan por sua vez adotou a qualidade das raças, como razão suficiente das formas graduais a que abordam os povos na espiral da civilização; Montesquieu a seu turno propôs os climas, como elementos determinantes das várias formas de governo, atendendo as consequentes modalidades de costumes e as classificações sociais.

Entretanto, o mundo atual, senhores, contrapõe-se a tão incompletas conjecturas.

Se o homem, porquanto é o mesmo em toda a parte, se o instinto da perfectibilidade é geral, e provido pela comum natureza, mister será reconhecer, como outros elementos reunidos, que não a raça somente, concorreram para o adiantamento da ramificação que se glorifica em particular dos títulos da civilização europeia, tanto mais quanto é certo, que essa civilização não é mais que o desenvolvimento do helenismo regenerado pelo broto semítico do cristianismo; e bem sabemos, também que os Gregos, mandaram às Metrópoles heterogêneas mestres em busca da ciência e das artes, que nelas já eram nascidas.

Se, pois, raças anteriores civilizaram-se pelo modo assombroso, que hoje se verifica, e se delas partiu o movimento do progresso, o fato mesmo de estacarem paradas no caminho, ou de voltarem à barbaria, como aconteceu aos povos, que não foram absorvidos, é um aumento digno de nos dirigir em busca de outros fatores, lá infelizmente interrompidos; e que, no entanto, insistiram mais longe na expansão do mundo moderno. O que se oferece, senhores, sobre a hipótese das raças, refe-se com rigor ainda mais lógico à declinatoria dos climas.

O incomparável autor do Espírito das Leis não se lembrou que debaixo do mesmo céu se achava Tebas a poucas milhas de Atenas, não se lembrou que os persas confinavam com as mais brilhantes cidades da Jônia, e nem ainda que os vândalos gerados nos mesmos ares, que os godos abraçaram no chão da Numidia e o professavam, o despotismo muçulmano! Vivesse Montesquieu e veria, repito, no sul da África ou nas ilhas ardentes da Oceania, os Anglos e Saxões tão liberais e zelosos como nos climas da Germânia e da

Escandinava; sem falarmos dos países tropicais da América, onde a liberdade se expande mais à vontade que nas terras de seus povoadores.

É, senhores, e bem alto se diga, que doutrina alguma chegará a ser perfilhada pelo nosso bom senso, desde que decreta povos para a civilização e povos para a barbaria; raças para a liberdade e raças para a perpétua escravidão.

Assim sendo, preferível, senhores, é se adorar Sua Majestade o *Acaso*, antes que se professar o fatalismo da Força, doutrina de Thiers. Os historiadores da Revolução por ela aturdidos tomaram sempre o partido do vencedor contra os vencidos, a Constituinte contra a Realeza, a República contra os constituintes, o terror contra os Girondinos, o Diretório contra os realistas, e afinal Bonaparte contra o Diretório. Há, porém, coisa mais degradante e contrária à razão que esse fatalismo da força? Ele aparta da história o sentimento do direito e imola cegamente a liberdade. Não! Não pode haver progresso na doutrina pela qual se justifica a cicuta de Sócrates e a cruz de Jesus Cristo! Nunca foi nem será filosofia racional sacrificar-se o fraco por ser fraco, e coroar-se o forte por ser forte!

Menos irritante a doutrina de Kegel nos ensina que a história é a justificação divina, mostrando-nos como Deus se manifesta na vida coletiva dos homens.

Nada se faz sem Ele, diz o filósofo; porque tudo é obra Sua. Entretanto, onde está ainda nesta hipótese o papel da liberdade? Igualando na balança as origens do bem e do mal, esta doutrina responsabiliza Deus pelos feitos de Nero, como pelos de S Paulo, nivela em méritos vítimas e algozes, e apaga a distinção do vício e da virtude; ora, tanto basta para sair de nossa consciência, por si mesma rejeitada uma tal concepção.

Espírito genial, mas puramente científico, preocupado exclusivamente de fatos e algarismos, alma todavia leal, e honesta, no dizer de Guisot, Augusto Comte a seu turno se fez inovador e dogmaturgo. Sem se falar de sistema ateísta, que se desenvolve de ilusões e quimeras para uma nova idolatria humanitária, graças ao desvario de sua inegável filantropia, o Mestre se apresentou fazendo descobertas, e propondo a história uma nova filosofia.

Mas, senhores, a maior descoberta de Comte resulta da semelhança com as três idades de Vico, e a sua crítica histórica iniciada desde os tempos de Santo Agostinho, coordenada por Volney, não excede em mérito à *Ciência Nova* daquele mesmo insigne Napolitano.

O sucesso do grande inovador se fez notável pelo emprego exclusivo do método experimental, pelas tendências materialistas do mundo vigente, e mais ainda pelo ceticismo metafísico de Kant, em meio das classes matemáticas e especulativas, que preferem sobre tudo os métodos *a priori*.

Proclamando o progresso, por fim, supre o ideal humano e para tanto invoca a história que trunca e desencadeia a propósito e a medida de conclusões antecipadas. Comte não pode alegar ter feito uma filosofia para a sua história, mas uma história para a sua filosofia.

Tomando de Bukle o modo de observar os fatos, de que se deduzem logicamente as consequências, concebeu igualmente a ideia de leis gerais segundo

a história, à semelhança das leis fatais que regem os astros e produzem os fenômenos.

No positivismo caímos, portanto sob o guante da mesma fatalidade; e tanto basta para ser falso em tudo que respeita ao mundo moral.

Nestas condições, rejeitando-se todas as doutrinas, inclusive a de Bossuet, que prega um fatalismo da Providência tão igual como o dr. Hegel, confundindo-se ambos não tanto na forma, senão em fundo com as noções panteísticas da velha escola Alexandrina, o remédio parece-me deparado no uso da hermenêutica do cristianismo, buscando-se com ela a solução desejada.

Conhecemos senhores, com efeito, as três verdades fundamentais que se inscreveram no pórtico da história e se colocaram na base do edifício social, a verdade religiosa, a verdade filosófica e a verdade política.

Confundidas nas sociedades imperfeitas, nas quais a religiosa, tudo absorvia, dando a lei, fácil é ver, que as outras verdades, tendo cada uma a sua competência procuraram romper as cadeias em sua natural expansão.

As três verdades começaram então cedo este combate, que dura e durará sempre; mas não puderam nem poderão se destruir jamais. A verdade filosófica, que a tríplice ciência das coisas intelectuais, morais e naturais, amando sobre tudo o porvir, ataca a verdade religiosa que é conhecimento de Deus, manifestado no culto, e que ama necessariamente o passado, visando ambas tornar em exclusiva e para si a verdade política.

É daí, senhores, que me parece rolar a imensa série de fatos, que a história registra.

A verdade política é a ordem: e a ordem não é senão a liberdade do direito natural do povo associado à soberania exercida pelo poder público: o que basta dizer, para se compreenderem as tremendas perturbações do mundo, quando a soberania, sacrificando a liberdade, excede a sua competência e entrega-se de corpo e alma, como instrumento de ação espoliativa, aqui a uma, ali a outra daquelas duas rivais, que intentam o império dos espíritos.

A maneira apaixonada então de se encarar na história o fenômeno do progresso dá em resultado da luta os desvarios, que no desespero proclamam a fatalidade das coisas.

O cristianismo, porém, separando aquelas três verdades e contendo-as cada uma em sua esfera e competência, restabelece a paz e salva a liberdade sem prejuízo da Providência.

Proclamando-se cabeça e chefe da humanidade, o Cristo vive necessariamente na história, e dentro dela. Fixando o nosso ideal na perfeição divina, abriu o caminho infinito à liberdade de nossa alma e iluminará toda a vida o campo da civilização, combinando o esforço das três verdades fundamentais, do que ele é o verbo.

Doutrinas que negam o livre arbítrio, doutrinas que negam o instinto da perfectibilidade, tão falsas como a negação da providência, podem tudo conseguir, menos senhores, a verdadeira filosofia da história, banhada pela luz da experiência.

Pesquisar, portanto, nas páginas descritivas do passado as sínteses, que a Providência extraiu dos acontecimentos, distinguir e conhecer a lição que essas sínteses encerram e autorizam proclamar o triunfo infalível da virtude sobre o vício, do direito sobre a tirania, eis, senhores, portanto, a crítica em sua elevada missão criadora.

É por isso que a história não pode deixar de ser severa, leal e verdadeira. De todas as províncias do saber é a que está em terreno contestado, no dizer Macaulay; é a que é disputada pelos partidos, e sempre no perigo de ser investida pela imaginação apaixonada.

Ao historiador, portanto, decorre o dever de assumir a tarefa, de todas a mais difícil, no campeonato das letras. Não devemos nos esquecer que o sol da história, como o sol planetário, si tem uma zona privilegiada de civilização, por onde gira o seu calor e a sua luz se derrama, iluminando e aquecendo todos os povos segundo a distância em que se acham. A crítica tem de ser por isso mesmo imparcial e justa, não somente com os tempos, senão ainda mais com os homens. Se os povos devem ser julgados no país em que habitam nossos pais, como eles não podem ser acusados ou defendidos senão pelas leis do século, em que viveram; nem ser condenados por ideias, que não tiveram submetidos como eram ao meio em que se nivelavam com todos os seus contemporâneos.

261

A liberdade antiga, por exemplo, foi como religião; seus adeptos como fanáticos! Bruto imola-lhe os filhos e Codrus a sua vida e o seu trono. Hoje, porém, não é mais uma fé. A liberdade uma razão que já não tem altares nem sacrifícios: porque não é mais nem rude nem intolerante: ela vale um direito que a todos, governantes e governados, convêm; porque regula o poder soberano para se impor pela estima; e porque os governados não têm mais necessidade de se precipitar nos azares da revolução para possuir o que já tem.

O povo mineiro, à luz destes princípios, tem de considerar antes de tudo a sua origem privilegiada. Como as colônias gregas, que eram enxames completos, que transportavam adultos e munidos para longes plagas o teor da metrópole, assim Minas emergiu, graças ao brado fascinador de seus tesouros, expostos á rampa dos descobrimentos.

Descendente de generoso sangue paulista, congraçado com o da mais heroica e laboriosa de todas as Mães-Pátrias, conservou e conserva na língua da mais bela epopeia moderna, nos hábitos inalteráveis da economia, do trabalho e da honra, tão bem como na fé católica, a cujos surtos se devem o descortino dos continentes e dos mares, as condições seguras, os elementos conservadores e as energias políticas de sua perfectibilidade no caminho indefinido aberto a vida das gerações, que vão nos suceder.

Em um só século, o primeiro de sua existência, centenas de seus filhos já se espalhavam pelo império português, servindo ao Estado e à Igreja; e não será de mais lembrarmos que em Vila Rica uma plêiade de inolvidáveis literatos, no fim desse 1º século, renovou no Brasil os formosos tempos da Arcádia, ponto aquele único em que as Musas desceram neste céu pelo mesmo caminho de flores em que desciam do Parnaso.

Não se lê senhores, sem emoção a mais viva, os episódios heroicos de Pernambuco, rechaçando as invasões estrangeiras; mas a Minas cabe a glória, acaso maior, senão igual, das expedições, que nunca se viram tão disciplinadas e decididas à morte para salvarem o sul do continente. A marcha de Antônio de Albuquerque sobre o Rio de Janeiro, em repulsa aos corsários Dugain-Trouin, o maior homem de mar, daquela época, é façanha que escurece os cantos mais belos da Jerusalém libertada.

A maneira também como se dissolveu tragicamente essa Arcádia, substituída pelo terrível episódio da Inconfidência, tem alguma coisa surpreendente como da aurora abafada por um desalentador eclipse. As montanhas sagradas de Vila Rica disputam com efeito até hoje às da Palestina em suas mágoas a figura dolente a filha de Jephté, percorrendo-as no sacrifício expiatório votado à liberdade de sua pátria.

Assim, possa, portanto, o povo mineiro compreender os votos deste dia auspicioso, e assim veja ele, neste Instituto, o centro intelectual, que se descortina pelas lições de sua história a fortificá-lo na consciência de seus direitos para manter na íntegra o território sagrado, herança de nossos pais, resgatar da selvageria as florestas, os campos e os rios, que ainda esperam o facho luminoso, e revestir de messes douradas as montanhas e vales em que nasceram os primogênitos de sua raça, sem falarmos da notícia profética de tantos destinos guardada nestes arquivos.

Guiado pelas experiências e pelas luzes do glorioso e velho Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, tão feliz e dignamente aqui representado, o Instituto, Mineiro se lançará, confiando no futuro, ao cumprimento de seu programa; e, desde já se empenha com os ilustres e conspícuos representantes daquele venerado confrade, não lhe falem com os seus conselhos e suprimentos em troca da sudação afetuosa, que lhes dirijo em nome dos mineiros agradecidos e orgulhosos de sua presença nesta assembleia cheia de novos intelectuais.

Organizado por um núcleo de beneméritos sócios do Clube Floriano Peixoto, desta Capital, o Instituto lhes deve a gratidão, de que me faço órgão, oferecendo-lhes a recompensa única e a nosso alcance, qual inscrever seus nomes no frontispício de nossa história e recomendá-los á nossa posteridade, Augusto de Lima, Prado Lopes, Francisco Alves Filho, João Luiz Alves, Francisco Bressane, João Líbano, Albino Alves, Júlio Pinto, Estevão Pinto.

Dentre os entusiastas, que logo se puseram à frente desse cometimento, omissão imperdoável, senhores, seria a minha, se não destacasse a propósito o nome por tantos títulos querido ao povo mineiro, do cidadão preclaro, que nos preside, o sr. dr. João Pinheiro da Silva. Todo o Brasil hoje sabe e reconhece a razão, porque Minas sobre a sua nobre figura fitava os olhos ansiosos, requerendo no cimo de seu capitólio a sua intervenção inteligente e benéfica.

Dedicado aos estudos prediletos deste Instituto, s. exc. logo lhe rasgou a mais franca simpatia, e não se demorou com a sua penetração a compreender, que na obra trabalhosa de seu governo, reformador inigualável da instrução

Pública, nenhum capital mais belo poderia ser engastado que este, de onde partirá o exemplo que nos tem dado de amor e da dedicação às ciências e às letras.

Eu quisera, senhores, ter tempo de prestar as minhas devidas homenagens a cada um de vós, individualmente, ilustres senadores, deputados, juristas, médicos, artistas, funcionários, industriais, a vos principalmente – ilustres e bem-vindos hóspedes; mas, nesta saudação, recebei, como se arrebatam de minha alma, os votos de nossa gratidão.

E a vós, mocidade estudiosa, esperanças da pátria, dirijo-me saudando em último lugar; mas último no sentido do Evangelho.

Sim! porque sois os primeiros que ides gozar os frutos de nossos trabalhos, assim como primeiros sereis, eu espero, a honrar a nossa memória, como honramos e temos honrado a de nossos antepassados”.